

D E B A T E S

Uma teologia inserida na Universidade: revisões críticas e construções mútuas

O parâmetro científico constitui a referência legitimadora da teologia dentro das políticas acadêmicas regulares da universidade. Talvez seja esse precisamente o ponto zero da inserção aqui defendida: a demonstração de seu estatuto epistemológico no diálogo crítico com a epistemologia geral. A teologia deverá expor de modo consistente sua "cientificidade" e buscar tratamento equitativo em relação aos estatutos das demais ciências.

João Décio Passos

Professor do Departamento de Teologia e Ciência da Religião, PUCSP (Brasil)

Introdução

A relação entre teologia e universidade tem uma história longa e dinâmica coincidente com a própria história da universidade, uma vez que a teologia é anterior a ela, remontando, em seu sentido lato, aos primórdios da razão crítico-especulativa.

A história da teologia na universidade pode ser sintetizada de modo típico ideal em três grandes momentos: o da síntese das origens, o da oposição na modernidade e o do paralelismo atual. Por sua vez, o Brasil tem uma história peculiar de ensino superior na qual deve ser situada a teologia, o que perpetuou por muito tempo um paralelismo radical entre teologia e universidade, tendo em vista o desinteresse dos sujeitos responsáveis por ambas de decidirem politicamente por um encontro que as fecundasse academicamente. A universidade é lugar de ciência e a igreja é o lugar da teologia. Eis a máxima que vigorou política e legalmente até recentemente, e que ainda vigora na cultura universitária de um modo geral.

De fato, a relação entre universidade e teologia ainda não é resolvida em muitos países pelas peculiaridades locais dos relacionamentos entre Igreja e Estado. Mesmo em muitos Estados modernos que mantiveram as universidades medievais com suas escolas teológicas, essas escolas ficaram diretamente vinculadas às igrejas, perdendo sua autonomia enquanto ciência produzida e re-

JOÃO DÉCIO PASSOS

produzida na universidade. Sorte distinta teve a filosofia que manteve sua cidadania em pleno convívio com as ciências modernas.

A teologia re-situada na universidade inaugura desafios de natureza acadêmica que exigem desconstruções e construções, rupturas e avanços. Trata-se de um ato político e acadêmico, de uma construção epistemológica capaz de resgatar o antigo e incorpora o novo. Mesmo que nem todos os sujeitos da universidade e das igrejas assumam tal causa, por estarem conformados com o dualismo cristalizado entre a ciência e a fé, cimentado pela separação igreja e estado, a principal beneficiária deste projeto será própria teologia. A justiça plena ao *logos* que a distingue dos discursos religiosos ou mesmo das doutrinas sistematizadas tem a universidade como lugar natural de sua efetivação. Na universidade, a teologia realiza-se em sua essência mais pura, enquanto reflexão a partir da fé, ou como modo de pensar a realidade a partir de Deus, sem os interesses imediatos de utilização pastoral, por parte das igrejas e superando a clandestinidade acadêmica imposta pela racionalidade científica moderna.

A presente reflexão objetiva discorrer de modo panorâmico sobre a presença da teologia dentro da universidade, prioritariamente a partir de duas delimitações: o contexto brasileiro, com suas peculiaridades de ensino superior e a disciplina teológica ensinada nos diversos cursos da universidade, a partir da implantação das universidades católicas, na metade do século passado. As problemáticas apresentadas a seguir, assim como os encaminhamentos sugeridos, têm, portanto, seu significado nesses lugares histórico e acadêmico. A tese de uma teologia universitária, inserida de modo crítico e criativo nas dinâmicas acadêmicas regulares da universidade, recupera sua história mais primordial e busca responder às oportunidades apresentadas pelo momento presente nos aspectos epistemológico e político.

Contexto e significado do conhecimento teológico

A teologia é uma área de conhecimento que deve ser situada, antes de tudo, em algumas molduras históricas, culturais e teóricas que a definem como tal e fora das quais ela não faria sentido epistemológico e curricular. Estas molduras colocam as condições de possibilidade de sua construção e organização como um conjunto consistente e coerente de significados teóricos, metodológicos e pedagógicos acumulados e sedimentados ao longo dos dois milênios da era cristã.

A *primeira moldura* é a tradição judaico-cristã. É dessa fonte que advêm, sobretudo, os conteúdos materiais da teologia, ao menos daquilo que se firmou como teologia no sentido estrito, sobretudo a partir das universidades nascentes. Fora dessa tradição fica difícil falar em teologia, a não ser por analogia. A definição medieval, *intellectus fidei*, sintetizou a operação racional feita sobre os conteúdos dessa tradição. Aquilo que a fé acolhe pela adesão da vontade pode ser criticado pela lógica da razão na busca de sua plausibilidade e coerência. A fusão entre tradição judaico-cristã e modelos de formulação teórica é de tal grandeza que impossibilita qualquer separação, sob pena de se adotar um outro conceito de teologia e, até mesmo, outra compreensão da mesma tradição.

A *segunda moldura* é naturalmente a tradição racional grega que legou ao cristianismo a própria teologia, já nos tempos dos padres da igreja. A escola de Alexandria

é um autêntico paradigma desse encontro desde então determinante para a história da instituição cristã nos mais variados aspectos. A noção de teologia como reflexão racional da fé, com todas as decorrências históricas e curriculares, tem na tradição grega sua referência formal determinante, assim como as demais ciências que se formaram no ocidente a partir dos tempos modernos. O encontro entre o pensamento grego e o cristianismo produziu uma verdadeira síntese cultural e teórica. A teologia é o resultado mais explícito e consciente dessa síntese.

A *terceira moldura* decore, imediatamente, das duas anteriores: a sociedade ocidental. No sentido amplo a sociedade ocidental – como um modo de organização social, política e cultural – é o resultado desse encontro entre as tradições helênicas e judaico-cristã, mesmo nas suas estruturas tardias mais secularizadas. Fora desse contexto a teologia padece de sentido. As formulações religiosas, presentes no grande oriente, por exemplo, são de outra natureza, não constituem um sistema racional propriamente dito; os elementos racionais encontrados nesses sistemas religiosos não têm paralelos com aqueles constituídos como *teologia* no ocidente. A teologia participa da formação das ciências e das instituições de ensino ocidentais, lança em certo sentido as bases da autonomia da razão investigativa e os fundamentos da cultura centrada no sujeito construtor da história.

Quando se fala em teologia, no sentido estrito, está referindo-se a um modo de pensar a realidade a partir da fé judaico-cristã que se encaixa nessas três molduras, mas que, ao mesmo tempo, exerceu, em parte, influência na constituição das mesmas. O modo de relacionar-se com as fontes da fé contribuiu com a própria construção do cristianismo no momento do encontro de seus elementos mais arcaicos de origem judaica com o pensamento helênico tardio. Contribuiu, de modo decisivo, com a construção da sociedade ocidental, como fornecedora de cosmovisões básicas de tempo e espaço, das tramas mais básicas da antropologia, da arte, da política e da cultura de um modo geral. De fato, foi pelo viés da teologia que a cultura clássica do mundo antigo chegou até nós, seja nas sete artes liberais preservadas e reproduzidas nas antigas escolas ligadas primeiramente aos mosteiros e depois às catedrais, seja no amadurecimento das ciências no âmbito das universidades.

A teologia é uma forma de conhecimento, ou de ciência, que busca compreender o mundo como valor, como algo carregado de verdades conhecidas pela razão, pela revelação ou pela experiência religiosa.¹ A partir desses valores a razão pronuncia um discurso fundamentado, lógico e sistemático sobre a realidade.² No discurso teológico, a razão situa-se numa posição intermediária e operante entre os *a priori* da fé e o *a posteriori* realidade positiva, fazendo transitar a crítica da realidade sobre os valores da fé e a crítica desses valores sobre a realidade, ou seja, a leitura de fé da realidade. Submete às regras da razão lógico-analítica os conteúdos da fé e sob o juízo da fé os conteúdos da realidade. Não limita, pois, nenhum aspecto da realidade ao olhar valorativo da fé e da razão: é a ciência de Deus e de todas as coisas a partir de Deus, definiam os escolásticos. Não poupa suas próprias fontes ao teste a razoabilidade: busca compreender Deus, examina criticamente as fontes textuais sagradas, faz a releitura de seus dogmas.

¹ Cf. C. BOFF, *Teoria do método teológico*, pp. 571-596.

² Cf. M. ZEUCH, *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* 2 parte. In *Cadernos de teologia pública* 20, pp. 30-51.

JOÃO DÉCIO PASSOS

A ciência teológica distingue-se das demais, sobretudo por tomar como ponto de partida os valores aderidos pela vontade como bons e pela inteligência como verdadeiros. Com esse pressuposto, a razão investiga a realidade com o interesse explícito do rumo a ser dado a ela: a realidade é aquilo que ela deve ser, o tempo tem um significado a partir do eterno, o imanente se faz compreender a partir do transcendente, a criatura tem sentido a partir do Criador.

A oficina da teologia

As três molduras acima descritas tiveram um momento de inflexão no século XIII, quando das mudanças sócio-culturais estruturais e amplas ocorridas na Europa a partir da expansão comercial. A Europa feudal vai, gradativamente, incorporando os aglomerados urbanos, como lugar do comércio livre e das associações livres. As diversas associações organizam-se tendo como base um duplo valor ou de uma dupla força que vai se estruturando dialeticamente: a noção de indivíduo e a noção de coletividade. O indivíduo livre se associa em torno de uma causa comum, causa profissional, política ou cultural e formam *Universitates*, entendidas como as comunas locais, como corporações profissionais e como corporações de saber. As *Universitates* significaram uma forma de organização social capaz de recolher os acúmulos culturais do passado e as novas condições do presente. Configurava-se, de fato, uma Europa que rompe com suas estruturas feudais e idiossincrasias seculares e abre-se para as novas fronteiras do comércio com o oriente, incorpora as novidades trazidas pela cultura árabe e confronta-se com os novos textos de Aristóteles até então desconhecidos no ocidente. Um sujeito ávido de liberdade para agir e pensar começa a emergir e se integra, efetivamente, nas cidades que se tornam centros comerciais e culturais cada vez mais cosmopolitas. O latim possibilita tal interação e a igreja, detentora da tradição clássica, chancela as inovações escolares, tendo sua identidade já marcada pela valorização da investigação como caminho legítimo de busca da verdade.

O século XIII constituiu autêntica oficina de uma virada cultural que vai tomar forma ampla e profunda com a modernidade. Para muitos estudiosos, trata-se da modernidade precoce, ou da constituição das raízes da modernidade.³ É nesta oficina que a teologia se encontra como reflexão ativa e construtiva de uma nova cultura escolar e de uma nova cultura científica. De fato, a *Universitas* emergiu a partir de condições anteriormente construídas pelas escolas da igreja: as escolas monacais que conservaram os textos clássicos e as sete artes liberais e as escolas urbanas que haviam avançado na socialização do saber, particularmente das sete artes, incorporado elementos novos de Platão e Aristóteles e chegado a uma formulação concisa sobre a relação entre as fontes da fé e a tradição filosófica. Anselmo de Cantuária é o progenitor dessa articulação que culminará nas grandes sínteses elaboradas no âmbito das universidades, sobretudo na Suma de Tomás de Aquino que se tornará emblemática na questão.

Na universidade, a teologia fornece o sustentáculo epistemológico e político das novas elaborações, construídas, sobretudo, a partir da introdução dos novos textos aristotélicos no ocidente; fornece um fundamento último da investigação racional, como

³H. LIMA VAZ, *As raízes da modernidade*, passim.

caminho legítimo e necessário para se chegar à verdade. Sobre esse fundamento seguro, a Filosofia, a Medicina e o Direito se assentam e avançam como ciência e como formação de profissionais. Mas, ao mesmo tempo, a teologia se refaz neste contexto e a partir desta dinâmica sócio-cultural. Ela vai ampliar seu significado enquanto reflexão da fé, na medida em que adota as regras da lógica aristotélica, constrói um método dedutivo que formula princípios que buscam, por sua vez, demonstrar sua verdade no texto bíblico e forma, por conseguinte, um corpo sistemático que vai culminar nas sínteses. Nasce, por assim dizer, a teologia como um sistema teórico e metodológico coerente; sistema que organiza as principais questões da fé e fornece uma metodologia para a sua investigação.⁴

A dialética com a universidade

Teologia e universidade fizeram-se mutuamente nesse contexto primordial. Não faltaram, evidentemente, tensões e conflitos, na medida em que o novo provocava modificações na tradição cristã, consolidada em estruturas mentais, culturais e políticas. Contudo, a ciência teológica se impôs com todo o vigor no seio das associações, como reflexão autônoma sobre a tradição da fé, como ciência postada no topo do saber, submetida aos rituais comuns de concessão de graus e títulos acadêmicos. A ciência teológica se institui, a partir de então, com estatutos teórico e metodológico definidos e como prática curricular que atravessará a história da igreja, chegando aos nossos dias. Contudo, nos séculos seguintes, a Escolástica, como ficará denominada, vai afirmar-se, como teologia oficial da igreja, arma apologética da doutrina, utilizada como parâmetro homogeneizador interno e arma contra as divergências externas instaurada, sobretudo, com o advento da reforma protestante. O sistema escolástico – teologia e filosofia – vai tornar-se sinônimo da verdade, fundada na revelação e demonstrada racionalmente, bem como opor-se a qualquer elemento exógeno, mesmo se imposto pela evidência dos fatos e pela demonstração lógica e empírica.

Na medida em que a modernidade avança em todas as direções, a teologia e a universidade se tornam cada vez mais redutos de resistência às inovações, como um aparelho do antigo regime. As universidades modernas, mesmo chegando tarde em relação às outras construções modernas, vão romper com esse modelo clássico, e implantar um sistema voltado para as necessidades dos Estados modernos e como academia de ciências, construídas quase sempre fora dos muros das velhas universidades. Nesse novo sistema universitário, a reflexão teológica ficou quase sempre de fora ou, no máximo suportado, pela nova instituição. O Brasil é o caso emblemático dessa rejeição. Como o país não contou com uma universidade organizada a partir do modelo clássico medieval nos tempos da monarquia católica, quando da implantação da primeira universidade em plena república, já na década de vinte, a teologia não foi, sequer, lembrada por aqueles propositores bem afinados com os ideais de modernização da sociedade e herdeiros da concepção positivista de poder público e de ensino de um modo geral.

A história do ensino superior brasileiro reproduziu de modo reflexo e tardio, porém emblemático o dualismo moderno entre a razão teológica e científica. De fato, a refle-

⁴Cf. R. A. ULLMANN, *A universidade medieval*, p. 97ss.

JOÃO DÉCIO PASSOS

xão teológica havia perdido seu vínculo umbilical original com a universidade, tornando-se, cada vez mais, uma *questão interna* das confissões religiosas, um tipo de estudo destinado ao consumo dos clérigos, forma de habilitação, sobretudo para o exercício pastoral, basicamente catequético, apologético, moral e sacramental. Tal função intra-ecclesial, persistente e reincidente ainda em nossos dias, deu à teologia um caráter pragmático que deverá aguardar o século XX para revigorar-se em contato com a modernidade que vai arrombando e desmoronando, gradativamente, a cultura escolástica cristalizada. Teologia identifica-se, então, com a Doutrina, espécie de técnica de reprodução lógica da tradição oficial da igreja para a sustentação da fé dos fiéis e defesa da fé perante os infiéis, particularmente dos infiéis modernos.

Neste contexto de oposição à modernidade, porém oposição ativa, conforme as orientações do Papa Leão XIII, as universidades católicas serão implantadas e com elas as cátedras de teologia. A presença da ciência ou da disciplina teológica dentro de tais universidades é norma geral emanada da igreja. Os estudos teológicos deverão contribuir com a formação de cristãos conscientes e ativos, dedicados à construção de uma sociedade pautada nos princípios da fé cristã. São vários os quadros que se foram configurando com as universidades, desde então. Basicamente a teologia vai permanecer como um braço da igreja dentro das universidades, forma de garantir os princípios básicos da educação cristã. Enquanto sistema teórico, vai reproduzir, até bem perto de nós, a mesma teologia elaborada para os sujeitos eclesiais no interior da igreja, sendo, em muitos casos, um ensino de catequese cristã.⁵

Nesse caso, a teologia permaneceu paralela às atividades acadêmicas da universidade, ou seja, às ciências pesquisadas e ensinadas nos diversos cursos. Afirmou-se como sistema externo de princípios éticos ávidos por fecundar as práticas universitárias, porém distantes de suas dinâmicas específicas; uma afirmação mais na linha da persuasão catequética do que da persuasão teórica e metodológica.

O lugar da teologia na universidade hoje

Como resultado dessa história, pode-se falar de modo ideal em quatro posturas da teologia dentro da universidade, sendo que as três primeiras mantêm o paralelismo entre as duas racionalidades, a pré-moderna representada pela teologia e a moderna representada pelas ciências, e constrói uma presença disfarçada dentro dos discursos filosóficos e científicos legítimos da universidade.

Uma primeira, já mencionada acima, reproduz a catequese dentro da universidade, independente das peculiaridades dos sujeitos e das áreas de conhecimento na qual está sendo ensinada. Essa postura catequética, ainda que respaldada pela reflexão teológica, vê a universidade como uma comunidade a ser evangelizada pelo ensino da teologia. Alimenta-se da nostalgia de um edifício epistemológico metafísico, superado há muito pelas instituições modernas, ignora os interlocutores e subestima a autonomia e legitimidade das ciências modernas. No caso das universidades que mantiveram seus cursos superiores de teologia dentro da universidade, a maioria desses destinou-se à formação do clero, quando não de agentes leigos para a atuação pastoral. Não se portou

⁵ Cf. E. VILANOVA, *Historia de la teologia cristiana*, vol. III, pp. 185-190.

como Faculdade dentre as demais do recinto acadêmico, com a mesma cidadania e legitimidade enquanto área de conhecimento, mas como presença epistemologicamente insulada e demonstrativo político da identidade confessional.

Uma segunda postura busca inserir-se na cultura universitária por caminhos indiretos ou paralelos à teologia, mediante o ensino de religiões. Assume as mais diversas nomenclaturas que não vem ao caso citar. Entende que ensinar religião marca a identidade confessional e contribui com a formação de cidadãos abertos ao senso religioso. Tal postura prevaleceu e prevalece em parte significativa das universidades confessionais em suas programações da cadeira de teologia. As ciências da religião deram, em muitos casos, vazão e abrigo epistemológico para essa compreensão.

Uma terceira abordagem adota o ensino de humanismo cristão ou mesmo de humanismo laico, buscando afirmar o ser humano como um valor em si mesmo e, portanto, como um valor a ser transmitido pedagogicamente no ensino universitário. Entende, que o humanismo traduz, por si mesmo, aquilo que seria missão da teologia, como uma espécie de teologia secularizada que se acomoda sem distâncias epistemológicas no seio da academia.

Uma quarta postura, ainda em fase de emergência, é a que visa a inserir a teologia na universidade e resgatar sua função dentro do conjunto dos conhecimentos aí produzidos e ensinados. Esta é uma tarefa desafiante de superação dos paralelismos e de construção de parâmetros novos que favoreçam o diálogo. O pressuposto dessa postura tem dois aspectos que compõe a identidade a ser construída: *a teologia é uma área de conhecimento com plena cidadania epistemológica e plenos direitos acadêmicos, porém deve refazer-se para dialogar com as ciências, superando suas peculiaridades intraeclesiais, historicamente consolidadas.*

a) Dificuldades de construção

Uma teologia plenamente inserida na universidade implica voltar, de certo modo, a sua tarefa mais original e desafiante: articular fé e razão como caminhos autônomos e complementares de acesso à verdade. Não se trata de uma volta fundamentalista aos padrões epistemológicos dos séculos XII e XIII. A universidade fez sua própria trajetória ao incorporar as ciências modernas com suas tecnologias e profissões correspondentes. A teologia, por sua vez, desde os tempos modernos adquiriu cada vez mais características e funções eclesiais. Essa distância consolidou interesses distintos de forma que a inserção plena na universidade não interessa nem à cultura universitária, consolidada sem a presença da teologia nos últimos séculos, nem às igrejas, ciosas dos conteúdos doutrinários inerentes à reflexão da fé. Então, resgatar para quem e para quem a teologia? A resposta pode ser sumária: resgatar para ela mesma. A justiça ao seu distintivo teórico e metodológico, enquanto *ciência a partir da fé* ou *ciência da fé*, exige sua libertação de todas as prisões historicamente construídas na busca de um lugar para a fé, no conjunto das demais ciências, sem reserva e exceção.

Portanto, a inserção da teologia na universidade será causa assumida, sobretudo, pelos amantes do conhecimento, sem preconceitos e limites epistemológicos, culturais e políticos. A teologia não se inscreverá, seguramente, no edifício clássico da metafísica como a rainha das ciências e o fundamento seguro da investigação da verdade, mas como abordagem específica entre as demais ciências, com objeto e método próprios, capazes de contribuir com a elucidação dos objetos presentes na universidade.

JACQUELINE SAKAMOTO

Não será dona da verdade, mas parceira na busca da verdade. A multiplicidade das ciências com seus enormes avanços, sobretudo em termos de intervenção na natureza, é um dado provocador à reflexão teológica com seus paradigmas clássicos consolidados; um convite à revisão e adaptação de vários de seus conceitos, assim como de construção de novos parâmetros para a reflexão e vivência da fé em nossos dias.

b) Elementos facilitadores

A universidade moderna estruturou-se a partir das ciências sempre mais especializadas. Ela se tornou o lugar da especialização, instituindo as áreas de conhecimento, mediante a pesquisa e o ensino. As ciências modernas foram, de fato, em muitos aspectos, produzidas e produtoras da universidade. Também é verdade, as universidades, ao menos aquelas clássicas, conservaram uma concepção de saber que ia além da fragmentação das ciências, sobretudo com a filosofia e as artes, bem como uma concepção de educação que considerou o ser humano nas suas dimensões, afirmando um humanismo para além das reduções tecnológicas.

Mas, é da revisão crítica da própria ciência, de modo especial de seus efeitos sobre a natureza, que se desenha uma nova concepção epistemológica, assim como de organização universitária. As promessas das ciências modernas já haviam demonstrado seus efeitos no turbulento século XX, bem como sofrido as duras críticas por parte da Escola de Frankfurt. A pretensa neutralidade científica demonstrou sua falácia na medida em que a história dos tempos modernos foi desvelando a sua função como instrumento de dominação econômica e política de grupos e povos. Hoje, em plena revisão da racionalidade moderna, a sua própria lógica interna, estruturada e dinamizada como especialização, tem sido objeto de crítica de epistemólogos e filósofos. A especialização aprofundou os conhecimentos específicos, mas fez perder a noção de totalidade, seja do ser humano, seja da natureza como um todo. Não se trata tão somente de um problema de fragmentação do conhecimento que distorce a visão correta da realidade, mas de um processo com consequências éticas, uma vez que o ser humano fica reduzido a algumas dimensões que interessam à cultura atual direcionada pelo lucro e pelo consumo. A vida deixa de ser um valor, enquanto sistema interligado e fica reduzida igualmente àquilo que tem de útil para o mercado. Numa palavra, fragmentação do conhecimento produz a redução da realidade, a manipulação e a destruição.

Desta crítica advém a necessidade de se resgatar as formas de conhecimento deixadas de lado pelas ciências modernas, a filosofia, as artes, as tradições míticas e as religiões.⁶ Não se trata de reeditar cosmovisões do passado, mas de compor visões mais completas do ser humano inserido na natureza e vice versa. Nesse sentido, a teologia encontra um lugar até então negado, na medida em possibilita a pergunta pelo sentido radical e amplo da realidade e introduz a reflexão sobre a relação intrínseca entre os fins e os meios, ou seja, entre as mediações científico-tecnológicas e as finalidades éticas.

Um segundo dado se mostra favorável à presença ativa da teologia na universidade: o acúmulo de diálogo já feito entre a ciência e a teologia, mesmo que fora dos ambientes estritamente universitários. De fato, a separação entre teologia e ciência, foi sendo superada por inteligências ousadas, oriundas tanto das ciências, quanto da teologia. A primeira ousadia se deu no âmbito dos estudos bíblicos, já no século XVII com o pen-

⁶E. MORIN, *Ciência com consciência*, pp. 15-157.

sador Espinosa. A Bíblia foi sendo assumida como objeto de estudo pelas ciências modernas e distanciando-se de seu habitat teológico tradicional. A partir do século XX ela vai conhecer grandes revoluções metodológicas em seu estudo, apesar das censuras teológicas e das vigilâncias das instâncias eclesiais. Em nossos dias, as ciências bíblicas podem ser perfeitamente compreendidas como um ramo fecundo das ciências modernas, edificado sobre o exercício interdisciplinar das ciências históricas, linguísticas, literárias, arqueológicas e sociológicas, só para citar as principais. Também as teologias sistemáticas construídas sobretudo a partir da metade do século XX contaram com a mediação de várias ciências modernas nas suas considerações sobre o ser humano, a vida, a moral, o conhecimento e outros objetos. Nesse esforço, o método indutivo, central nas ciências modernas, produziu novos resultados materiais e formais para a teologia, o que vai gerar os novos sistemas teológicos: as teologias modernas européias e as teologias da libertação do terceiro mundo.

Por fim, no caso do Brasil, o reconhecimento tardio da teologia como curso superior regular, por parte do Ministério da Educação em 1999, a coloca em condição de exercer sua cidadania acadêmica dentro da universidade e superar as dicotomias e preconceitos históricos. A cidadania legal não garante automaticamente cidadania epistemológica. Essa deverá ser construída em políticas acadêmicas concretas a serem implantadas pelas universidades, majoritariamente pelas confessionais. Para tanto, as universidades deverão apropriar-se da teologia como seu legado histórico legítimo não somente como um serviço às igrejas mantenedoras.⁷

Uma teologia universitária

A inserção da teologia na universidade é um problema político e epistemológico. As construções epistemológicas a serem feitas não podem ignorar seus entraves políticos. Porém, trata-se de um movimento epistemológico que deverá impor-se como legítimo aos interessados e aos desinteressados na área de conhecimento. Aos interessados coloca-se a tarefa de mostrar que a teologia não tem donos e não pode reduzir-se às funções eclesiais e pastorais internas às igrejas. Aos desinteressados a tarefa, não menos árdua, de demonstrar sua legitimidade enquanto área de conhecimento. A universidade é o sujeito único de tal empreitada, aquela que poderá garantir sua autonomia como área de conhecimento, sua consolidação acadêmica e suas funções sociais e epistemológicas no conjunto dos demais conhecimentos que compõem seus cursos e grupos e pesquisa.

a) Natureza epistemológica

Talvez o distintivo mais fundamental da teologia em relação a outras formas de conhecimento, além da especificidade de seu objeto formal (Deus, a fé) seja a amplitude irrestrita de seu objeto material: em princípio todas as coisas. Nesse sentido, a teologia constitui reflexão potencial sobre todos os objetos das ciências e sobre a própria ciência e a universidade se posta, por sua vez, como um *locus* capaz de fornecer suas

⁷J. D. PASSOS, Teologia que fala à universidade. In *Revista de cultura teológica* nº 54/2006, pp. 19-38.

JOÃO DÉCIO PASSOS

idiossincrasias à reflexão teológica e provocar novas elaborações. Por outro lado, o mesmo contexto terá um significado crítico e construtivo para essas elaborações, na medida em que, do contato com as múltiplas ciências, com seus distintos objetos e métodos, a própria teologia tecerá trocas e avançará na revisão de suas práticas metodológicas consolidadas, assim como de seus princípios e conteúdos. O círculo hermenêutico entre a tradição da fé e as ciências, entre os métodos teológicos e os métodos das ciências, entre os resultados da reflexão teológica e os resultados da pesquisa científica, poderão produzir o novo, na medida da coragem e da honestidade intelectual dos pesquisadores.

O teólogo norte-americano David Tracy fala em três públicos distintos da teologia, aos quais corresponderiam, prioritariamente, três áreas da teologia. A *sociedade*, a *academia* e a *igreja* com seus sujeitos específicos e com suas linguagens e interesses se afinam respectivamente com a Teologia prática, a Teologia fundamental e a Teologia sistemática. A Teologia prática se encarregaria da reflexão das grandes questões sociais e políticas, a Teologia fundamental do diálogo teórico com as ciências e, portanto, das temáticas hermenêuticas, metodológicas e teóricas envolvidas nesse diálogo, enquanto a Teologia sistemática ocupar-se-ia das questões dogmáticas clássicas que compõem o universo da vivência eclesial da fé.⁸

A Teologia fundamental tem, portanto, seu espaço vital na academia e se mostra como abordagem legítima entre as abordagens das várias ciências e, portanto, como um discurso público e não estritamente eclesial. Ela se empenha em articular de modo convincente e claro as questões religiosas e éticas com as múltiplas realidades culturais e teóricas que compõem o mundo acadêmico. Exerce, pois, as funções crítica e construtiva em relação aos discursos científicos, bem como em relação ao seu discurso geral ou de suas disciplinas específicas. Além dessa especificidade teórica, ela esforça-se por ser convincente ao público em geral, aos crentes e não crentes, como um discurso munido de argumentação, fundamentação e refutação. Vale observar que, enquanto ciência normativa, a teologia acadêmica estabelece pontos de contato entre o clássico e o moderno em realidades que, de fato, permitem por razões históricas, culturais ou sociais, expor valores fundamentais e articular meios e fins, a saber, o ser humano, os cosmos e a ética. O discurso sobre os valores inerentes ao ser humano perpassa a tradição racional ocidental como um dado contínuo e como o próprio fundamento da ética. O cosmos, compreendido hoje como o sistema vivo, adquire urgências políticas e relevâncias teórica e ética como nunca dantes, tendo em vista a crise da sustentabilidade planetária, assim como a questão da globalização das relações humanas de um modo geral. A totalidade viva, que liga organicamente o todo e as partes, impõe-se cada vez mais como referência comum às pesquisas científicas, ao planejamento econômico mundial, às políticas tecnológicas e à convivência dos povos. No âmbito desta totalidade encontram-se de modo indissociável a natureza e o ser humano, a cosmologia e a antropologia, como grandezas a serem preservadas, como bem universal.⁹

A Teologia fundamental tem, portanto, um espaço de reflexão marcado por consensos sócio-culturais e “ecumenismo teórico” que possibilitam a presença de um discurso normativo de fundamentação e proposição de valores de modo bastante conatural às idiossincrasias acadêmicas, para além de qualquer intencionalidade confessional.

⁸ Cf. D. TRACY, *A imaginação analógica*, pp. 19-131.

⁹ Cf. A. GESCHÉ, *O cosmo*, p. 19 ss.

nal no sentido estrito. Desse modo, a teologia fundamental pode reatar questões clássicas distanciadas pela modernidade referentes à vida em seu conjunto, explicitar a continuidade entre o valor do ser humano, construídos pela tradição judaico-cristã e pela tradição moderna e reafirmar a urgência dos consensos éticos como urgência à sobrevivência e convivência humana, sobremaneira ameaçadas, em nossos dias de modernidade avançada-decadente.

Uma questão colocada, com justa razão, para uma teologia acadêmica é sobre sua relação intrínseca com a fé e, portanto, com as confissões religiosas. Aqui cumpre uma dupla observação que corresponde, na verdade, a uma dupla construção, ainda por ser empreendida pelos teólogos acadêmicos. A primeira referente à fonte da teologia. A segunda sobre a natureza do conhecimento teológico, enquanto conhecimento normativo.

b) A fonte e a normatividade da teologia acadêmica

A teologia terá sempre uma fonte de significados objetivos, ou uma dimensão objetiva da fé, que posiciona eticamente o seu discurso em relação à realidade. No caso da teologia acadêmica, além da afirmação de uma tradição normativa referente, ela deverá pautar-se por uma busca de sentido inter-religioso, ou seja, por uma fonte sempre mais ecumênica. Para tal tarefa poder-se-á contar com o auxílio da História comparada das religiões ou da Fenomenologia da religião como aproximação sistemática das tradições religiosas e exposição de seus elementos constitutivos. De qualquer forma, essa parece ser a linha divisória entre a teologia e as ciências da religião, incluindo a filosofia. É, precisamente, ao assumir o *a priori* da fé como elemento constitutivo do discurso que a teologia se distingue das demais abordagens.

Portanto, a teologia estrutura-se como reflexão a partir do *a priori* da fé. Trata-se de uma abordagem valorativa da realidade que se prima por afirmar, em coro com as demais ciências, aquilo que a realidade é (*o que é? como é?*), mas, antes de tudo, em sintonia com as tradições religiosas, aquilo que a realidade deve ser (*o para que?*). É, precisamente, a articulação entre o *ser* e o *dever-ser* que constitui a realidade da teologia como intelecção da fé. Na condição de discurso sobre o *dever-ser*, a teologia encontra-se de maneira muito particular com a Ética (científica ou filosófica) e com o próprio Direito, abordagens que buscam fundamentar e propor finalidades valorativas à realidade e cobrar a coerência dos meios. A realidade é conhecida não só como dado empírico e lógico em sua estrutura e dinâmica interna, mas também como um dado que porta valores intrínsecos, postos como *a priori*. Em termos clássicos, trata-se do conhecimento da realidade em si mesma: sua constituição ontológica, sua origem e destinação última. Em chave explicitamente teológica significa pensar a realidade a partir de Deus, donde decorrem as noções de realidade como finitude relacionada à infinitude, como contingência condicionada pelo Absoluto, como provisório tensionado ao eterno. A teologia apresenta o valor transcendente Absoluto como raiz primeira de todos os valores relativos, situa na totalidade contingente da realidade todos os seres em igualdade de condição criatural e critica como idolatria toda absolutização do relativo que produza dominação de uma criatura sobre a outra. Pensar a realidade a partir de Deus é garantir a liberdade do ser humano como valor fundamental, insubmisso a todo tipo de dominação e responsável radical por seu destino, assim como pelo destino do mundo.

JOÃO DÉCIO PASSOS

A função da teologia universitária

Como vimos, a teologia dirige-se para públicos específicos, embora não exclusivos, e adquire especificidade e identidade disciplinares a partir deles. No caso da Teologia fundamental, possui uma afinidade constitutiva com o universo acadêmico e tem, por conseguinte, a missão, do diálogo com suas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Pode-se dizer que possui uma função interna e externa à universidade, na medida em que fornece à teologia como um todo e, portanto, aos demais públicos – da sociedade e da igreja – elementos fundamentais para a reflexão da fé. Exatamente por se tratar de Teologia fundamental tem como tarefa subsidiar as Teologias sistemática e prática com dados teóricos e metodológicos construídos no diálogo crítico com as ciências sobre temáticas referentes às regras de elaboração do discurso teológico, em questões de fronteiras e interfaces com as diversas ciências, assim como em linguagens culturalmente atualizadas para os discursos teológicos se fazerem cognoscíveis e fecundos. Desse território de diálogo, podem emergir, também, conteúdos e formas enriquecidas e teoricamente depuradas para a teologia das religiões, para os estudos bíblicos, a bioética, a teologia da cultura, assim como novas teologias aplicadas a objetos e profissões presentes na universidade: teologia da saúde, do direito, da comunicação, da arte, da tecnologia e tantas outras.

O diálogo entre teologia e ciência coloca-se como o caminho atual da clássica articulação fé e razão, articulação que alimenta a reflexão teológica desde as suas origens. É precisamente nesse diálogo como via de crítica e construção mútua, que a reflexão teológica ocupará seu lugar na universidade, criticando e sendo criticada, revendo e sendo revista, construindo e sendo construída. Em relação às ciências, a teologia poderá ter um papel na crítica dos seus fundamentos e valores subjacentes, na proposição de finalidades para o pensamento e a ação científica, na exposição das dimensões que transcendem os objetos empíricos das ciências e na preservação do patrimônio teológico propriamente dito, enquanto um dado da história do pensamento ocidental. As ciências, por sua vez, poderão, além de fornecer os resultados de suas descobertas, proporcionar referências para uma crítica do discurso teológico naquilo que ele pode conservar de cristalizações histórico-culturais, de paradigma superado ou de utilização ideológica por parte dos poderes instituídos como meio de justificação da realidade estabelecida.

A Teologia fundamental tem, em suma, as funções arqueológica, dialógica, crítica e construtiva do discurso teológico como um todo e, por conseguinte, dos demais discursos. Busca as condições de possibilidade da reflexão teológica (de seu objeto nas fontes filosóficas, reveladas e religiosas) e de seu método (na lógica, na epistemologia e nas metodologias científicas). Dialoga com as múltiplas epistemologias e com a pluralidade sócio-cultural na busca dos parâmetros éticos comuns do conhecimento e da convivência. Critica as absolutizações e fundamentalismos científicos e sociais em nome da verdade escatológica transcendente aos paradigmas históricos sempre relativos, não poupando em tal operação as suas próprias fontes e modelos teóricos. Propõe novos paradigmas para a interpretação da fé a partir das realidades históricas e novos paradigmas de interpretação da realidade a partir da fé.

A crítica e a construção...

A teologia e a universidade trilharam caminhos distintos e distantes no âmbito da epistemologia e das instituições modernas laicas, muito embora e, em muitos casos, tenham ocupado lugares geográficos comuns em certas instituições de ensino superior.

Na medida em que as universidades afirmavam suas identidades como lugar de ciência, a teologia reafirmava-se como ciência da fé, porém diretamente vinculada às suas matrizes eclesiais e às suas funções apologéticas e pastorais. Embora tenha sido um processo marcado por questões epistemológicas de fundo, concretamente a distinção entre as racionalidades metafísica e científica, tal distância foi certamente cômoda para ambas as instituições, motivadas, quase sempre, por pragmatismos científicos, no caso da universidade, e por pragmatismos eclesiais, no caso da teologia. Esses pragmatismos parecem ser, ainda hoje, um fator importante que interfere nas reflexões interessadas em construir aproximações críticas e construtivas capazes de produzir novas configurações epistemológicas e novas acomodações institucionais. Certamente, esse foi um fator motivante dos disfarces teológicos construídos dentro das universidades confessionais, o que evitou enfrentar diretamente a questão da legitimidade da teologia como área de conhecimento.

Não se trata, evidentemente, de uma tarefa simples, ao contrário, de uma reconstrução que conta com oposições ativas de culturas acadêmicas cristalizadas em seus padrões tradicionais, bem como de lideranças eclesiásticas. A teologia e a universidade perderam, por assim dizer, aquela conaturalidade primordial e terão que se repensar em muitos aspectos institucionais e teóricos para poderem construir relações acadêmicas fecundas e consistentes.

Não obstante tal distância e paralelismo epistemológico e político, quase sempre acordados tácita ou explicitamente pelas igrejas e pelo estado, um fato impõe-se à fidelidade histórica inerente à comunidade acadêmica: *a história antiga e recente da teologia como área de conhecimento*. A teologia construiu uma longa história de produção teórica e metodológica que, por distante que seja dos cânones das ciências modernas vigentes nas universidades, faz parte da história do pensamento ocidental ou da cultura acadêmica instituída como legítima. Por outro lado, a sua história mais recente se deu em um diálogo direto com as ciências modernas, o que resultou na renovação teórica e metodológica de seu discurso e na diversificação de suas disciplinas internas.

De fato, o *parâmetro científico* constitui a referência legitimadora da teologia dentro das políticas acadêmicas regulares da universidade. Talvez seja esse precisamente o ponto zero da inserção aqui defendida: a demonstração de seu estatuto epistemológico no diálogo crítico com a epistemologia geral. A teologia deverá expor de modo consistente sua “cientificidade” e buscar tratamento eqüitativo em relação aos estatutos das demais ciências. O que se entende por ciência segundo os cânones modernos? A diversidade de abordagens permanece como um fato, mesmo com a constituição, de certo modo hegemônica, do parâmetro das chamadas ciências duras, no contexto acadêmico. A filosofia e as artes de um modo geral continuam sendo entendidas como áreas de conhecimento no *habitat* comum das ciências modernas cultivadas nas universidades. No tocante às ciências humanas, pluralidade igual se pode constatar nas referências teóricas e metodológicas adotadas na investigação e no ensino de cada dis-

JOÃO DÉCIO PASSOS

ciplina e no conjunto delas. A noção de paradigma deu formulação para tal pluralidade e relativizou qualquer pretensão de univocidade ou perenidade científicas. Também, a pergunta pela neutralidade científica parece ser fundamental para a construção do diálogo: as ciências se fazem, de fato, sem valores adotados como *a priori*? As áreas de conhecimento são isentas de vínculos com agremiações ou sistemas associativos extrínsecos às dinâmicas acadêmicas internas da universidade? Nessa questão, o vínculo eclesial da teologia tem paralelos com outras áreas presentes na universidade, não só com as organizações dos profissionais das diversas áreas (caso dos Conselhos das áreas de saúde, da Ordem dos advogados), mas com os sistemas instituídos, tais como o sistema jurídico em relação ao Direito. Em todos esses casos, o vínculo é direto e de influência mútua entre a área de conhecimento produzida e reproduzida dentro da universidade e o sistema externo à instituição universitária com suas demandas profissionais, quando não mercadológicas.

Configura-se, portanto, um quadro de revisões e construções a serem feitas no tocante à concepção de ciência e de práticas acadêmicas que deverá atingir a teologia e a universidade. A universidade poderá rever seus valores epistemológicos sedimentados sobre um certo conceito de ciência. A teologia poderá refazer-se como ciência autônoma, portanto sem tutelas teóricas e metodológicas das confissões religiosas, às quais se ligam inevitavelmente, bem como sem pragmatismos eclesiais que interfiram no curso regular de sua produção como área de conhecimento.

Bibliografia

- BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis, Vozes, 1998.
 GESCHÉ, Adolphe. *O cosmo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
 MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
 LIMA VAZ, Henrique. *Raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002.
 PASSOS, J. Décio. Teologia que fala à universidade. In *Revista de cultura teológica* n° 54/2006. São Paulo: Paulinas, 2006.
 TRACY, David. *A imaginação analógica; a teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
 ULLMANN, Reinhold A. *A universidade medieval*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2000.
 VILANOVA, Evangelista. *Historia de la teologia cristiana*. Barcelona: Herder, 1992.
 ZEUCH, Manfred. A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg 2 parte. In *Cadernos de teologia pública* 20. São Leopoldo: Unisinos, 2006.